



INSTITUÍDA PELO SNQTB

# RELATÓRIO E CONTAS

## RELATÓRIO DE GESTÃO

# 2025





**RELATÓRIO E CONTAS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**2025**



*[Handwritten signature]*



## Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
A. Enquadramento económico.....	7
B. Análise da atividade e da posição financeira.....	9
C. Gestão corrente.....	10
1.1. Recursos humanos.....	10
1.2. Dívidas ao Estado.....	10
D. Proposta de aplicação de resultados.....	11
E. Expetativas futuras.....	12
1.1. Cenário macroeconómico.....	12
1.2. Cenário interno.....	15
1.3. Plano de atividades.....	16
F. Outras informações.....	17
G. Considerações finais.....	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19
Balanço.....	20
Demonstração dos resultados por natureza.....	21
Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais.....	22
Demonstração dos fluxos de caixa.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
1. Identificação da Entidade.....	25
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	27
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	27
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas.....	36
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	36
3.4. Correções de erros materiais anteriores.....	36
4. Ativos fixos tangíveis.....	37
5. Ativos intangíveis.....	38
6. Custos de empréstimos obtidos.....	39
7. Inventários.....	40
8. Rendimentos e gastos.....	41
8.1. Rédito.....	41
8.2. Subsídios, doações e legados à exploração.....	41
8.3. Outros Rendimentos.....	42
8.4. Outros gastos.....	42
8.5. Fornecimentos e serviços externos.....	43
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	44
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	45
11. Instrumentos financeiros.....	46
12. Benefícios dos empregados.....	47
13. Acontecimentos após a data do balanço.....	49
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	50
15. Outras informações.....	51
15.1. Investimentos financeiros.....	51



15.2.	Diferimentos.....	52
15.3.	Imposto sobre o rendimento .....	52
15.4.	Estado e outros entes públicos .....	52
15.5.	Gastos / reversões de depreciações e amortizações .....	53

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



# RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Tendo em vista o cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração colocar à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e contas da Entidade "Fundação Social Bancária", adiante designada por Fundação, respeitantes à atividade desenvolvida no decorrer do período de 2025, compreendendo este, o período com início em 1 de janeiro de 2025 e final em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras elaboradas refletem a realidade da atividade exercida durante o período de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da Entidade, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.



## A. Enquadramento económico

O ano de 2025 decorreu num contexto internacional marcado por elevada incerteza geopolítica, abrandamento do crescimento global e progressiva normalização das políticas monetárias. Ainda assim, a economia portuguesa revelou notável capacidade de adaptação, registando um crescimento do PIB de 1,9%, suportado pela procura interna e por um mercado de trabalho resiliente, com a taxa de desemprego a fixar-se em 6%.

A inflação manteve a trajetória descendente iniciada nos anos anteriores, situando-se em 2,3%, aproximando-se dos objetivos de estabilidade das autoridades monetárias. Contudo, persistiram pressões nos preços da habitação, da energia e dos serviços, com impacto direto no custo de vida e no poder de compra das famílias. A evolução das taxas de juro e das condições de financiamento continuaram a influenciar as decisões de consumo, poupança e investimento, num contexto ainda pautado pela prudência.

No sector bancário, o ano de 2025 confirmou a manutenção de indicadores globalmente robustos. A rentabilidade beneficiou ainda dos efeitos das taxas de juro mais elevadas do período anterior, ao passo que os rácios de solvabilidade e liquidez permaneceram sólidos e os níveis de crédito malparado se mantiveram historicamente baixos. Ainda assim, começaram a evidenciar-se sinais de transição para um novo ciclo, caracterizado pela compressão gradual da margem financeira, pela maior concorrência na captação de depósitos e por exigências crescentes nos planos regulatório e tecnológico.

Este contexto de normalização da rentabilidade e de intensificação da transformação digital traduziu-se numa pressão acrescida sobre a eficiência operacional das instituições financeiras — dinâmica com reflexo direto em processos de reorganização interna, ajustamentos estruturais e redefinição de funções, com implicações nas condições de trabalho, na estabilidade do emprego e na valorização profissional dos trabalhadores do sector.

Mantêm-se, igualmente, desafios estruturais relevantes para a economia portuguesa: o envelhecimento demográfico, a sustentabilidade do financiamento dos serviços públicos essenciais — com particular destaque para a saúde — e a necessidade de conciliar disciplina financeira com coesão social. Estes fatores assumem especial relevância para os trabalhadores bancários, tanto na perspetiva da proteção social como na sustentabilidade dos seus sistemas complementares de apoio.

As perspetivas para 2026 apontam para a continuidade de um crescimento moderado, ainda condicionado pela incerteza externa e pela evolução da inflação e das taxas de juro. Para o sector financeiro, antevê-se um período de maior estabilização dos resultados, exigindo adaptação estratégica e gestão prudente dos riscos.

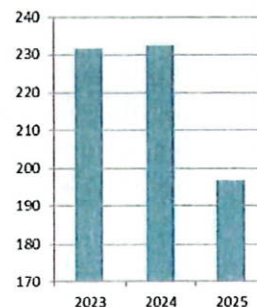
Neste enquadramento, reforça-se a importância do papel das organizações representativas dos trabalhadores. Num momento de transformação estrutural do sector financeiro, torna-se imperioso garantir que os ganhos de eficiência e sustentabilidade das instituições coexistam com a defesa dos direitos laborais, a estabilidade do emprego, a valorização das carreiras e a proteção social dos sócios. O ano de 2025 confirmou, em suma, a resiliência da economia portuguesa e a solidez do sistema bancário — mas evidenciou, também, a entrada numa nova fase de ajustamento que exigirá equilíbrio entre sustentabilidade económica, responsabilidade social e defesa ativa dos interesses dos trabalhadores do sector financeiro.



## B. Análise da atividade e da posição financeira

### Volume de negócios

O volume de negócios de 2025 encerra com uma descida face a 2024, mas validando o modelo de negócio híbrido da Fundação. A capacidade de gerar excedentes através do alojamento garante a perenidade dos cursos de verão e permite projetar investimentos para 2026.

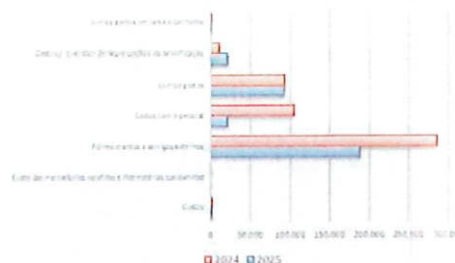


### Evolução de rendimentos

A trajetória dos rendimentos reflete um período de forte expansão em 2024, muito dependente de apoios externos (subsídios e doações). Em 2025, embora os rendimentos totais sejam superiores aos de 2023, nota-se um abrandamento na atividade principal de vendas e uma menor entrada de subsídios, compensada parcialmente pelo crescimento sustentado de rendimentos acessórios, nomeadamente os resultantes de investimentos financeiros.

### Distribuição dos custos incorridos

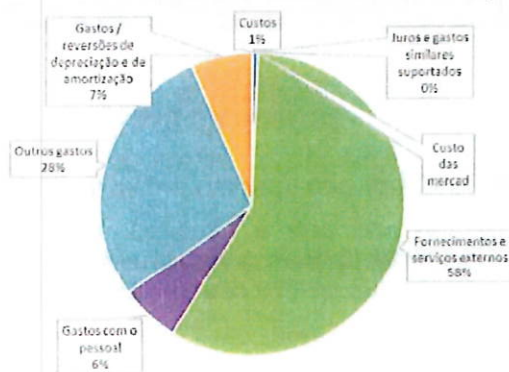
A evolução demonstra uma transição para um modelo de gestão mais eficiente. Apesar da ligeira descida nos rendimentos em 2025, a contenção agressiva nos custos variáveis e a reestruturação da base de custos fixos permitiram uma melhoria substancial na margem operacional e na sustentabilidade financeira da Entidade.



### Peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade

No exercício de 2025, a estrutura de custos da FSB evidencia uma forte concentração operacional em serviços externos, apresentando a seguinte distribuição:

Os fornecimentos e serviços externos constituem a principal natureza de gasto, representando 58,4% do total de custos. Este peso deve-se, essencialmente, à elevada dependência de subcontratos para a execução da atividade.



Outros gastos e perdas representam 28,6% da estrutura, refletindo a continuidade de compromissos fixos e apoios concedidos.

Os gastos com pessoal e depreciações apresentam pesos semelhantes, com 6,4% e 6,5% respetivamente. É de notar a redução significativa do peso relativo do pessoal face ao ano anterior.

Esta distribuição confirma um modelo de negócio flexível, onde a maior parte dos encargos está indexada à atividade operacional direta (FSE), permitindo uma maior agilidade no ajuste da estrutura de custos face às variações de rendimento.

## C. Gestão corrente

### 1.1. Recursos humanos

O número médio de trabalhadores ao serviço da Fundação:

DESCRIÇÃO	2025		2024		VARIÇÃO	
	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas
Direto	0,0	0,0	1,0	1.864,0	-1,0 / -100,0%	-1.864,0 / -100,0%
Direção	5,0	3.780,0	4,3	3.195,0	0,7 / 16,3%	585,0 / 18,3%
<b>Total</b>	<b>5,0</b>	<b>3.780,0</b>	<b>5,3</b>	<b>5.059,0</b>	<b>-0,3 / -5,7%</b>	<b>-1.279,0 / -25,3%</b>

Os gastos com o pessoal, sua evolução e relação com a atividade, estão explanados no seguinte quadro:

Descrição	2025			2024		
	Quantias em euros	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior	Quantias em euros	Em % do volume de negócios	Varição face ao período anterior
Remunerações aos Órgãos Sociais	17.250,00	8,77%	-4,17%	18.000,00	0,06%	-31,86%
Remunerações ao Pessoal	0,00	0,00%	-100,00%	67.501,41	0,22%	100,00%
Benefícios Pós-emprego	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Indemnizações	0,00	0,00%		0,00	0,00%	
Encargos sobre as Remunerações	2.829,00	1,44%	-83,92%	17.588,01	0,06%	320,08%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	425,34	0,22%	-63,84%	1.176,31	0,00%	100,00%
Gastos de Ação Social	0,00	0,00%		0,00	0,00%	
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00%		0,00	0,00%	
<b>Total</b>	<b>20.504,34</b>	<b>0,08%</b>	<b>-80,33%</b>	<b>104.265,73</b>	<b>0,34%</b>	<b>240,71%</b>

### 1.2. Dívidas ao Estado

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



### **D. Proposta de aplicação de resultados**

Propõe o Conselho de Administração que o resultado líquido apurado no período 2025, no valor de 131.877,45€ (cento e trinta e um mil, oitocentos e setenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), seja levado à conta "resultados transitados".

## E. Expetativas futuras

### 1.1. Cenário macroeconómico

#### Mundo

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025, salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

O World Bank sublinhou, na sua publicação de janeiro de 2026, que a economia global mostrou em 2025 uma resiliência, apoiada em adiantamento de trocas comerciais, ajustamentos de cadeias de valor e condições financeiras mais fáceis; esperando, porém, uma moderação do ritmo à medida que esses apoios se esbatem.

Este organismo, estimou que a inflação global deverá continuar a descer gradualmente, passando de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e que estabilizará nos 3,4% em 2027, com trajetórias diferentes entre países. Nos Estados Unidos, o retorno à meta dos 2% deverá ser mais lento do que noutras grandes economias, enquanto na área do euro a inflação deverá manter-se próxima desse valor já durante 2026.

Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre empresas tecnológicas com avaliações muito elevadas.

Em 2025, esses riscos refletiram-se diretamente no comportamento dos investidores, que adotaram uma postura ambivalente: por um lado, revelaram um forte apetite por risco associado ao ciclo tecnológico — ilustrado pelo facto de a Nvidia se ter tornado a primeira empresa a atingir uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares, impulsionada pela rápida adoção da IA generativa; por outro, reforçaram posições em ativos de mitigação de risco, como se verificou nos máximos históricos do ouro.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em



2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.



Fonte: Dados FMI publicados em Janeiro de 2026

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Finalmente, o FMI sublinha que o progresso tecnológico poderá elevar significativamente o crescimento global se for acompanhado por políticas que garantam uma transição ordenada, inclusiva e sustentada.

A atual configuração global evidencia uma rutura profunda da ordem internacional, na qual o antigo sistema baseado em regras deixou de garantir previsibilidade ou proteger as potências médias. Alguns países têm assumido a necessidade de adotar uma postura mais assertiva, reconhecendo que a interdependência económica passou a ser instrumentalizada por grandes potências através de tarifas, coerção financeira e exploração de fragilidades nas cadeias de valor.

Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

## Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras, pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar-se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.

### PREÇOS DO CONSUMIDOR



Fonte: Dados do FMI do relatório Perspetivas Económicas Mundiais de outubro de 2025

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e estrangulamentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

Neste contexto, ganha particular relevância o recente acordo comercial celebrado, em janeiro de 2026, entre a União Europeia e a Índia, descrito como "o maior de todos os acordos comerciais" e que cria um mercado conjunto de cerca de dois mil milhões de pessoas. O acordo elimina ou reduz tarifas sobre 96,6% das exportações europeias para a Índia e deverá duplicar o valor exportado até 2032, reforçando a cooperação económica num ambiente global marcado por tensões comerciais e geopolíticas. Este avanço contribui para mitigar riscos associados à concentração de mercados, reforça a posição estratégica da UE face à concorrência dos EUA e da China e abre novas oportunidades de expansão para as empresas europeias, que passam a beneficiar de um enquadramento comercial mais previsível e competitivo.

As empresas europeias enfrentam hoje um contexto global mais volátil, onde cadeias de valor, logística e finanças podem tornar-se instrumentos de pressão geopolítica. Para garantir continuidade e competitividade, é essencial reforçar resiliência interna, diversificar fornecedores e mercados e colaborar com parceiros fiáveis que assegurem



previsibilidade - um objetivo que o novo acordo UE-Índia também ajuda a concretizar ao ampliar o leque de destinos e oportunidades comerciais disponíveis para as empresas europeias.

## 1.2. Cenário interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026. Esta estimativa está alinhada com a análise de outros organismos oficiais.

O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando-se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se, em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.



### **1.3. Plano de atividades**

O exercício de 2026 será o primeiro ano de atividade sob a designação Fundação SNQTB, na sequência da alteração de denominação da anterior Fundação Social Bancária ocorrida em fevereiro. Esta evolução formal consolida o enquadramento institucional da Fundação no universo SNQTB, reforçando a coerência estratégica e a clareza de posicionamento.

A atuação manter-se-á centrada na prossecução da sua missão de apoio social aos associados e respetivas famílias, assegurando respostas adequadas em situações de particular necessidade, com critérios objetivos, rigor na decisão e sustentabilidade na gestão dos recursos.

Em 2026, a prioridade será consolidar os instrumentos de intervenção social, melhorar a eficiência operacional e assegurar uma articulação cada vez mais integrada com as restantes estruturas do universo SNQTB.

A Fundação continuará, assim, a desempenhar um papel estruturante na dimensão social do projeto SNQTB, garantindo estabilidade, previsibilidade e confiança no apoio prestado aos seus beneficiários.



## **F. Outras informações**

A Fundação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

Não foram realizados negócios entre a fundação e os membros da sua administração. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de rendimentos futuros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

## G. Considerações finais

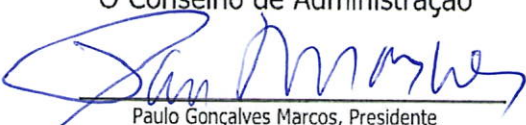
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes, Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação.

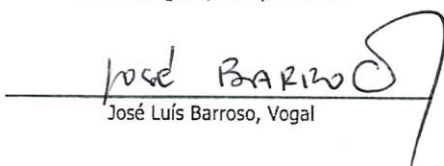
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações do Fundo Patrimonial e o Anexo.

Lisboa, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração

  
Paulo Gonçalves Marcos, Presidente

  
Sandra Salgado, Vice-presidente

  
José Luís Barroso, Vogal

\_\_\_\_\_  
José Leite Maia, Vogal

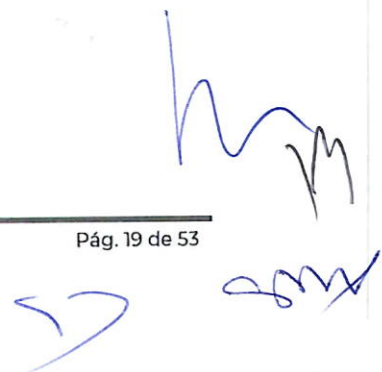
\_\_\_\_\_  
Amaro Ruivinho, Vogal

  
João Tiago Teixeira, Vogal

\_\_\_\_\_  
Manuel Lares da Costa, Vogal



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## Balanço

ENTIDADE: FSB - FUNDAÇÃO SOCIAL BANCÁRIA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.1.7, 4	8,41	114,97
Ativos intangíveis	3.1.9, 5	179.411,92	200.519,20
Investimentos financeiros	3.1.10, 15.1	233.422,31	120.567,56
		<b>412.842,64</b>	<b>321.201,73</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	3.1.12, 11	1.618,00	11.875,00
Estado e outros entes públicos	3.1.16, 15.4	0,00	0,00
Diferimentos	15.2	207,63	245,48
Caixa e depósitos bancários	3.1.12,11	756.417,84	702.316,14
		<b>758.243,47</b>	<b>714.436,62</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.171.086,11</b>	<b>1.035.638,35</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.1.13	2.300.000,00	2.300.000,00
Resultados transitados	3.1.13	-1.279.536,20	-1.304.233,73
		1.020.463,80	995.766,27
Resultado líquido do período		131.877,45	24.697,53
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1.152.341,25</b>	<b>1.020.463,80</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.1.12, 11	697,45	1.153,14
Estado e outros entes públicos	3.1.16, 15.4	3.002,04	5.387,41
Outros passivos correntes	3.1.12, 11	15.045,37	8.634,00
		<b>18.744,86</b>	<b>15.174,55</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18.744,86</b>	<b>15.174,55</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.171.086,11</b>	<b>1.035.638,35</b>

Lisboa, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração

  
Paulo Gonçalves Marcos, Presidente

  
Sandra Salgado, Vice-presidente

  
José Luís Barroso, Vogal

  
José Leite Maia, Vogal

  
Amaro Rulvinho, Vogal

  
João Tiago Teixeira, Vogal

  
Manuel Lares da Costa, Vogal

O Contabilista Certificado

Alberto Pinho, CC Nº 20572

## Demonstração dos resultados por natureza

ENTIDADE: FSB - FUNDAÇÃO SOCIAL BANCÁRIA


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

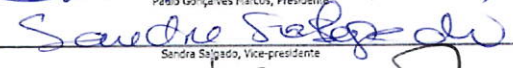
Unidade monetária: Euros

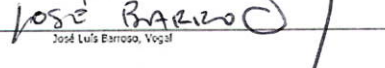
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8.1	196.725,44	232.295,90
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	140.552,42	217.624,28
Fornecimentos e serviços externos	8.5	-187.940,75	-285.112,81
Gastos com o pessoal	12	-20.504,34	-104.265,73
Outros rendimentos	8.3, 10	109.854,75	53.903,46
Outros gastos	8.4	-92.088,60	-92.310,88
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>146.598,92</b>	<b>22.134,22</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.1.7, 3.1.9, 15.5	-21.213,84	-10.660,55
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>125.385,08</b>	<b>11.473,67</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		9.213,64	15.661,94
Juros e gastos similares suportados	3.1.15, 6	-0,16	-265,28
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>134.598,56</b>	<b>26.870,33</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3.1.16, 15.3	-2.721,11	-2.172,80
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>131.877,45</b>	<b>24.697,53</b>

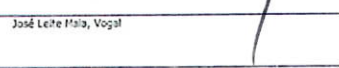
Lisboa, 31 de março de 2026

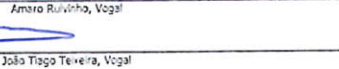
O Conselho de Administração


  
Paulo Gonçalves Marcos, Presidente


  
Sandra Salgado, Vice-presidente

  
José Luís Barroso, Vogal

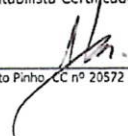
  
José Leite Maia, Vogal

  
Amaro Ruivinho, Vogal

  
João Tiago Teixeira, Vogal

  
Manuel Lares da Costa, Vogal

O Contabilista Certificado

  
Alberto Pinho, CC n.º 20572

## Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais

ENTIDADE: FSB - FUNDAÇÃO SOCIAL BANCÁRIA  
NO PERÍODO 2024

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE				INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
		Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024</b>	<b>1</b>	2.300.000,00	-1.306.884,86	2.651,13	995.766,27		995.766,27
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Alterações de políticas contabilísticas / erros					0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10		2.651,13	-2.651,13	0,00		0,00
	<b>2</b>	0,00	2.651,13	-2.651,13	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>			24.697,53	24.697,53		24.697,53
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>				24.697,53	0,00	24.697,53
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Outras operações							0,00
	<b>5</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024</b>	<b>-1+2+3+5</b>	2.300.000,00	-1.304.233,73	24.697,53	1.020.463,80	0,00	1.020.463,80

ENTIDADE: FSB - FUNDAÇÃO SOCIAL BANCÁRIA  
NO PERÍODO 2025

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE				INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
		Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025</b>	<b>6</b>	2.300.000,00	-1.304.233,73	24.697,53	1.020.463,80	0,00	1.020.463,80
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Alterações de políticas contabilísticas / erros					0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	10		24.697,53	-24.697,53	0,00		0,00
	<b>7</b>	0,00	24.697,53	-24.697,53	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>			131.877,45	131.877,45		131.877,45
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>				131.877,45	0,00	131.877,45
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Outras operações							0,00
	<b>10</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025</b>	<b>+7+8+10</b>	2.300.000,00	-1.279.536,20	131.877,45	1.152.341,25	0,00	1.152.341,25

Lisboa, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração

*Paulo Gonçalves Marcos*  
Paulo Gonçalves Marcos, Presidente

*Sandra Belagão*  
Sandra Belagão, Vice-presidente

*João Luís Barroso*  
João Luís Barroso, Vogal

*José Lene Maia*  
José Lene Maia, Vogal

*Amário Ruvinho*  
Amário Ruvinho, Vogal

*João Tiago Teixeira*  
João Tiago Teixeira, Vogal

*Manuel Larex de Costa*  
Manuel Larex de Costa, Vogal

O Contabilista Certificado

*Alborta Pinto*  
Alborta Pinto, nº 21572



**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**ENTIDADE: FSB - FUNDAÇÃO SOCIAL BANCÁRIA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		2025	2024	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes e utentes	+	203.560,20	225.397,09	
Pagamentos de bolsas	-	-83.254,06	-65.018,00	
Pagamentos a fornecedores	-	-195.621,96	-308.840,50	
Pagamentos ao pessoal	-	-15.956,25	-69.487,10	
Caixa gerada pelas operações	+/-	-91.272,07	-217.948,51	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-15,80	-3.729,39	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	148.389,57	232.840,02	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b> +/-	<b>57.101,70</b>	<b>11.162,12</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-	-3.000,00	-285.368,39	
Recebimentos provenientes de:				
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b> +/-	<b>-3.000,00</b>	<b>-285.368,39</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Pagamentos respeitantes a:				
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>54.101,70</b>	<b>-274.206,27</b>	
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	11	702.316,14	976.522,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	11	756.417,84	702.316,14

Lisboa, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Paulo Gonçalves Marcos, Presidente

Alberto Pinho, CC n.º 20572

Sandra Salgado, Vice-presidente

José Luís Barroso, Vogal

José Leite Maia, Vogal

Amaro Ruivinho, Vogal

João Tiago Teixeira, Vogal

Manuel Lares da Costa, Vogal



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*[Handwritten signatures in blue ink]*



## 1. Identificação da Entidade

---

Designação:	Fundação Social Bancária
Constituída sob a forma de:	Fundação de Direito Privado
Reconhecida como:	Instituição Particular de Solidariedade Social
Constituição:	10 de fevereiro de 2011
Início de atividade:	01 de janeiro de 2012
NIPC:	510042627
Sede:	Rua Pinheiro Chagas, 6 1050-177 Lisboa
Endereço de mail:	fsb@fsb.org.pt
Período das DF's:	1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025
Moeda:	Euro
Arredondamento utilizado:	2 casas decimais

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2025 as demonstrações financeiras (DF) foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação Social Bancária, adiante designada por Fundação ou simplesmente Entidade, e de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL). Supletivamente foi também tido em conta, as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e Normas interpretativas (NI), constantes do Sistema de normalização contabilística (SNC), sendo ainda e também supletivamente aplicadas as Normas internacionais de contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB, assim como as respetivas Interpretações técnicas (SIC/IFRIC).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da Entidade, relativamente à sua atividade.

A informação financeira apresentada neste ANEXO é perfeitamente comparável com a do ano anterior.

### **Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e respetivos efeitos**

Não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

### **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período de 2024.



### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1. Principais políticas contabilísticas

As DF foram preparadas de acordo com as *bases de apresentação das demonstrações financeiras* (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das DF foram as seguintes:

##### 3.1.1. Continuidade

As DF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir a sua missão, conforme estratégia definida pela instituição.

##### 3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas devedores e credores por acréscimos e diferimentos, sendo reconhecidas na face do balanço em "outros ativos corrente", "outros passivos correntes" e "diferimentos".

##### 3.1.3. Consistência de apresentação

As DF estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste *anexo*. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou do erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas DF. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas DF podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste *anexo*.

### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do *balanço* e da *demonstração de resultados*, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento, exceto quando a compensação reflita a substância da transação ou outro acontecimento.

Assim, nas DF em relato, excetua-se à regra geral de não compensação, a apresentação dos gastos relacionados com provisões (conforme nota 9) que, na *demonstração dos resultados*, de acordo com o parágrafo 13.22 da NCRF-ESNL, serão apresentados líquidos das quantias reconhecidas dos reembolsos que lhes estejam associados.

### 3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa, referente ao período anterior, deve ser divulgada nas *demonstrações financeiras*. Respeitando o *princípio da continuidade* da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

### 3.1.7. Ativos fixos tangíveis

Os *ativos fixos tangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos de compra não reembolsáveis, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de

instalação. São ainda deduzidos a estes valores quaisquer descontos ou abatimentos concedidos pelos respetivos fornecedores.

Os ativos que foram atribuídos à Fundação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. Os valores apresentados na tabela abaixo, representam a média ponderada das taxas de cada item e os correspondentes números de anos:

Conta	Descrição	Nr de Anos	Taxa Média
4331	Terrenos e recursos naturais		
4332	Edifícios e outras construções	50	2,0%
4333	Equipamento básico	8	12,5%
4335	Equipamento administrativo	8	12,5%
4337	Outros ativos fixos tangíveis	8	12,5%

A Fundação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista, procedendo ao reconhecimento que se mostrar necessário, caso as expectativas sejam diferentes face às estimativas iniciais.

As mais ou menos valias provenientes da venda de *ativos fixos tangíveis* são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo a mais e menos valia espelhada na *demonstração dos resultados* nas rubricas *outros rendimentos* ou *outros gastos*, respetivamente.

Os bens não afetos à atividade social, normalmente designados como propriedades de investimento, se existirem, incluem terrenos rústicos, edifícios e outras construções, e são detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços

Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente da instituição.

Atribui-se às designadas propriedades de investimento um tratamento semelhante ao já descrito para os AFT, seguindo o pressuposto do § 7.5 da NCRF-ESNL.

### 3.1.8. Bens do património histórico, artístico e cultural

Os *bens do património histórico, artístico e cultural*, se existirem, serão valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que forem atribuídos à Fundação a título gratuito serão mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estiverem segurados ou ao valor pelo qual figurarem na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu

custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também será efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta *outras variações nos fundos patrimoniais*.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto dos bens têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.1.9. Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis detidos pela entidade são bens com vida útil definida.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que os mesmos permitam o desenvolvimento de atividades presentes e futuras para a Fundação, que possam ser mensurados com fiabilidade e que cumpram os demais critérios de reconhecimento definidos na normalização contabilística aplicável.

São registadas como gastos do período as *despesas de investigação* incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Conta	Descrição	Nr de Anos	Taxa Média
4421	Goodwill	10	10,0%
4423	Programas de computador	3	33,3%
4426	Outros ativos intangíveis	3	33,3%

A Fundação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

O valor residual de um *ativo intangível* com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.1.10. Investimentos financeiros

Sempre que a Fundação tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo método da equivalência patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das entidades associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um badwill (ou negative goodwill) quando a diferença seja negativa. O goodwill é registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo goodwill é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do seu valor líquido, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do goodwill relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

### 3.1.11. Inventários

Os *inventários* estão registados ao menor de entre o custo histórico de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e

proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Fundação adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários, que não sejam geralmente intermutáveis, são atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso, quando existentes, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.1.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os *Instrumentos financeiros* com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

#### Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram em dívida no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes / utentes e outras contas a receber

Os clientes, utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação são incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

Há data de relato a Fundação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na NCRF-ESNL.

#### Caixa e depósitos bancários

A rubrica *caixa e depósitos bancários* inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Os descobertos bancários, quando contratualizados, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.1.13. Fundos patrimoniais**

A rubrica *fundos patrimoniais* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *fundos patrimoniais* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.1.14. Provisões e passivos contingentes**

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações presentes resultantes de acontecimentos passados, os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os *passivos contingentes* não são reconhecidos nas DF, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os *passivos contingentes*, os *ativos contingentes* também não são reconhecidos nas DF, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.1.15. Financiamentos obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os *empréstimos obtidos* encontram-se registados, caso existam, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os *encargos financeiros* são reconhecidos como gastos do período, constando na *demonstração dos resultados* na rubrica *juros e gastos similares suportados*.

##### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.



De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da *substância sobre a forma*, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os *ativos fixos tangíveis* que se encontrem na Fundação por via de contratos de locação financeira serão contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das *políticas contabilísticas*.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do *regime do acréscimo*. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*.

### 3.1.16. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20,0% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **3.1.17. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras, que afetem o valor dos ativos e passivos existentes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam materialmente relevantes. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

#### **3.2. Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em estimativas contabilísticas.

#### **3.4. Correções de erros materiais anteriores**

Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes.

#### 4. Ativos fixos tangíveis

##### Bens do domínio público

A Fundação não possui quaisquer *bens do domínio público*.

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui quaisquer *bens do património histórico, artístico e cultural*.

##### Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos em análise, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

QUANTIAS ESCRITURADAS E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					AFT EM CURSO	
			Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Edifícios
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas							852,01	852,01
	Depreciações acumuladas							-630,13	-630,13
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas							221,88	221,88
Movimentos do período 2024	Adições	Aquisições							
		Outras							
	Depreciações	Aumentos de depreciações						-106,91	-106,91
		Reversões de depreciações							
Em 31.12.2024 (01.01.2025)	Quantias brutas escrituradas							852,01	852,01
	Depreciações acumuladas							-737,04	-737,04
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas							114,97	114,97
Movimentos do período 2025	Adições	Aquisições							
		Outras							
	Depreciações	Aumentos de depreciações						-106,56	-106,56
		Reversões de depreciações							
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas							852,01	852,01
	Depreciações acumuladas							-843,60	-843,60
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas							8,41	8,41

Não existem quaisquer restrições, garantias ou compromissos sobre os ativos fixos tangíveis.

## 5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos em análise, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

QUANTIAS ESCRITURADAS E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL FINITA		ATIVOS INTANGÍVEIS					Ativos intangíveis em curso	TOTAIS
		Goodwill		Outros ativos intangíveis				
		Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros			
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas				3.280,41	3.280,41		3.280,41
	Amortizações acumuladas				-3.280,41	-3.280,41		-3.280,41
	Perdas por imparidade acumuladas							
	Quantias líquidas escrituradas							
Movimentos do período 2024	Adições							
	Aquisições em 1.ª mão	211.072,84		211.072,84				211.072,84
	Trabalhos para a própria entidade							
Amortizações								
Aumentos de amortizações	-10.553,64		-10.553,64					
Diminuições por alienações e abates								
Em 31.12.2024 (01.01.2025)	Quantias brutas escrituradas	211.072,84		211.072,84	3.280,41	3.280,41		214.353,25
	Amortizações acumuladas	-10.553,64		-10.553,64	-3.280,41	-3.280,41		-13.834,05
	Perdas por imparidade acumuladas							
	Quantias líquidas escrituradas	200.519,20		200.519,20				200.519,20
Movimentos do período 2025	Adições							
	Aquisições em 1.ª mão							
	Trabalhos para a própria entidade							
Amortizações								
Aumentos de amortizações	-21.107,28		-21.107,28					
Diminuições por alienações e abates								
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	211.072,84		211.072,84	3.280,41	3.280,41		214.353,25
	Amortizações acumuladas	-31.660,92		-31.660,92	-3.280,41	-3.280,41		-34.941,33
	Perdas por imparidade acumuladas							
	Quantias líquidas escrituradas	179.411,92		179.411,92				179.411,92

Não existem quaisquer restrições, garantias ou compromissos sobre os ativos intangíveis.

O valor registado na rubrica de Ativos Intangíveis a título de 'Goodwill' encontra-se associado à aquisição de parte da atividade da empresa CENTRO ÓTICO SNQTB - COMÉRCIO DE ÓTICA LDA, em 2024, refletindo o diferencial entre o custo investido e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis à data da transação.

Em conformidade com o normativo contabilístico vigente aplicável às ESNL, e face à impossibilidade de estimar de forma fiável a vida útil económica deste ativo, a Fundação adota a política de amortização sistemática do Goodwill pelo método da linha reta num período de 10 anos. No exercício de 2025, a quantia escriturada reflete o impacto desta amortização anual, não tendo sido identificados indícios de imparidade que justificassem o reconhecimento de perdas adicionais.



## 6. Custos de empréstimos obtidos

A Entidade não teve quaisquer encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, nem efetuou quaisquer empréstimos nos períodos em análise.

DESCRIÇÃO	PERÍODOS		VARIACÃO	
	2025	2024	Variacão	%
<b>Juros de financiamentos obtidos</b>				
<i>Juros mora e compensatórios</i>	0,00	262,13	-262,13	-100,0%
<i>Descontos de pronto pagamento concedidos</i>	0,16	3,15	-2,99	-94,9%
<b>TOTAL</b>	<b>0,16</b>	<b>265,28</b>	<b>-265,12</b>	<b>-99,9%</b>
<b>Juros Obtidos</b>				
<i>Juros de depósitos</i>	9.192,91	15.633,21	-6.440,30	-41,2%
<i>Descontos de pronto pagamento obtidos</i>	20,73	28,73	-8,00	-27,8%
<b>TOTAL</b>	<b>9.213,64</b>	<b>15.661,94</b>	<b>-6.448,30</b>	<b>-41,2%</b>

## 7. Inventários

---

A Entidade não tinha quaisquer *inventários* nos períodos em análise.

Nos períodos em análise não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidades, reversões de imparidades ou outros ajustamentos ao valor do inventário, por ser convicção do órgão de gestão não existir quaisquer perdas associadas ao valor dos inventários.

Não existem bens do inventário dados como penhores ou garantias a passivos.

## 8. Rendimentos e gastos

### 8.1. Rédito

QUANTIAS DOS RÉDITOS RECONHECIDAS NO PERÍODO	2025			2024		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>						
Vendas	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Outros	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Prestações de serviços	196.725,44	95,5%	-15,3%	232.295,90	93,7%	0,3%
<i>Serviços de alojamento</i>	132.451,94	64,3%	-5,3%	139.813,55	56,4%	-7,6%
<i>Cursos de verão</i>	63.967,50	31,1%	-21,8%	81.827,25	33,0%	2,1%
<i>Outras atividades</i>	306,00	0,1%	-97,1%	10.655,10	4,3%	0,0%
<i>total do volume de negócios</i>	196.725,44	95,5%	-15,3%	232.295,90	93,7%	-33,1%
<b>OUTROS</b>						
Juros	9.192,91	4,5%	-41,2%	15.633,21	6,3%	24,2%
Royalties	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Dividendos	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
<i>subtotal</i>	9.192,91	4,5%	-41,2%	15.633,21	6,3%	24,2%
<b>Totais</b>	<b>205.918,35</b>		<b>-16,9%</b>	<b>247.929,11</b>		<b>-31,1%</b>

A Fundação promove atividades de proteção, apoio e desenvolvimento de novas oportunidades nas áreas de saúde, formação profissional, família, cultura e lazer, orientando a sua intervenção pelos conceitos de solidariedade, entreatajuda e colaboração aos sócios e familiares do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB).

A Fundação desenvolve ainda uma atividade de alojamento para férias, destinada à angariação de fundos para a atividade principal da Entidade.

As prestações de serviços acima identificadas respeitam a estas duas atividades.

### 8.2. Subsídios, doações e legados à exploração

DESCRIÇÃO	PERÍODOS		VARIÇÃO	
	2025	2024	Valor	%
Outras entidades	140.552,42	217.624,28	-77.071,86	-35,4%
<i>Empresas e associações</i>	6.650,00	100.000,00	-93.350,00	-93,4%
<i>Particulares</i>	133.902,42	117.624,28	16.278,14	13,8%
	140.552,42	217.624,28	-77.071,86	-35,42%

Os montantes reconhecidos na rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração referem-se, essencialmente, a donativos de particulares obtidos através do mecanismo de consignação fiscal (1% do IRS e/ou benefício do IVA). Acreditamos que estes contributos provêm maioritariamente de associados do SNQTB que, no âmbito da sua declaração anual de rendimentos, optam por apoiar a missão da Fundação.

Tratam-se de doações de natureza corrente, sem quaisquer condições específicas ou encargos associados, sendo os valores integralmente aplicados na prossecução dos fins estatutários da Fundação e no apoio às suas atividades sociais e formativas no período.

### 8.3. Outros Rendimentos

Descrição	PERÍODOS		VARIACÃO	
	2025	2024	Valor	%
Rendimentos em subs, associadas e emp conj	109.854,75	42.272,01	67.582,74	159,9%
<i>Aplicação do MEP</i>	109.854,75	42.272,01	67.582,74	159,9%
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	11.631,45	-11.631,45	-100,0%
<i>Correções relativas a exercícios anteriores</i>	0,00	11.631,00	-11.631,00	-100,0%
<i>Outros não especificados</i>	0,00	0,45	-0,45	-100,0%
	109.854,75	53.903,46	55.951,29	103,80%

### 8.4. Outros gastos

DESCRIÇÃO	PERÍODOS		VARIACÃO	
	2025	2024	Valor	%
Impostos	18,89	0,60	18,29	3048,3%
<i>Imposto de selo</i>	18,89	0,60	18,29	3048,3%
Outros gastos	8.815,65	27.292,28	-18.476,63	-67,7%
<i>Correções relativas a períodos anteriores</i>	315,65	360,81	-45,16	-12,5%
<i>Donativos</i>	8.000,00	26.431,47	-18.431,47	-69,7%
<i>Quotizações</i>	500,00	500,00	0,00	0,0%
Custos c/ apoios financ conced a associados	83.254,06	65.018,00	18.236,06	28,0%
<i>Bolsas de estudo</i>	83.254,06	65.018,00	18.236,06	28,0%
	92.088,60	92.310,88	-222,28	-0,24%

Os gastos reconhecidos na rubrica de 'Bolsas de estudo' referem-se ao apoio financeiro concedido pela Fundação aos descendentes dos associados do SNQTB. Este encargo constitui um dos principais eixos de atuação da Fundação, visando promover o acesso à educação e o incentivo à formação dos seus beneficiários.

A atribuição destes apoios é efetuada mediante o cumprimento de requisitos específicos definidos pela Fundação.

### 8.5. Fornecimentos e serviços externos

DESCRIÇÃO	PERÍODOS		VARIÇÃO	
	2025	2024	Valor	%
<b>Subcontratos</b>	<b>170.832,82</b>	<b>254.815,75</b>	<b>-83.982,93</b>	<b>-33,0%</b>
<i>Subcontratos</i>	170.832,82	254.815,75	-83.982,93	-33,0%
<b>Serviços especializados</b>	<b>13.794,78</b>	<b>27.320,80</b>	<b>-13.526,02</b>	<b>-49,5%</b>
<i>Trabalhos especializados</i>	10.363,40	10.221,81	141,59	1,4%
<i>Publicidade e propaganda</i>	325,43	2.252,11	-1.926,68	-85,5%
<i>Honorários</i>	2.400,00	14.670,00	-12.270,00	-83,6%
<i>Conservação e reparação</i>	0,00	100,00	-100,00	-100,0%
<i>Outros</i>	705,95	76,88	629,07	818,2%
<b>Materiais</b>	<b>319,17</b>	<b>173,05</b>	<b>146,12</b>	<b>84,4%</b>
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	0,00	86,10	-86,10	-100,0%
<i>Livros e documentação técnica</i>	74,40	0,00	74,40	100,0%
<i>Material de escritório</i>	0,00	86,95	-86,95	-100,0%
<i>Artigos para oferta</i>	244,77	0,00	244,77	100,0%
<b>Energia e fluidos</b>	<b>0,00</b>	<b>261,66</b>	<b>-261,66</b>	<b>-100,0%</b>
<i>Electricidade</i>	0,00	116,45	-116,45	-100,0%
<i>Água</i>	0,00	145,21	-145,21	-100,0%
<b>Deslocações e estadas e transportes</b>	<b>2.002,47</b>	<b>1.517,95</b>	<b>484,52</b>	<b>31,9%</b>
<i>Deslocações e estadas</i>	2.002,47	1.517,95	484,52	31,9%
<b>Serviços diversos</b>	<b>991,51</b>	<b>1.023,60</b>	<b>-32,09</b>	<b>-3,1%</b>
<i>Rendas e alugueres</i>	0,00	500,00	-500,00	-100,0%
<i>Comunicação</i>	136,51	97,73	38,78	39,7%
<i>Contencioso e notariado</i>	75,00	75,00	0,00	0,0%
<i>Despesas de representação</i>	780,00	0,00	780,00	100,0%
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	0,00	312,87	-312,87	-100,0%
<i>Outros serviços</i>	0,00	38,00	-38,00	-100,0%
	<b>187.940,75</b>	<b>285.112,81</b>	<b>-97.172,06</b>	<b>-34,1%</b>

A Entidade reconheceu:

- na rubrica de "subcontratos" os gastos relativos a atividades que fazem parte do processo operacional da Fundação, mas que são externalizadas para outra entidade;
- na rubrica "trabalhos especializados" os serviços de natureza técnica, consultiva ou intelectual, em atividades geridas pela própria Fundação.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos registou uma diminuição expressiva, influenciada sobretudo pelas sub-rubricas de 'Honorários' e de 'Subcontratos'. Esta variação decorre de uma alteração no modelo operacional da valência de alojamento local da Fundação.

A atividade de alojamento, que em exercícios anteriores era assegurada com recurso sistemático à subcontratação de serviços e à contratação de prestadores externos, sofreu uma redução de atividade e uma reestruturação na sua gestão, registando-se uma transferência parcial desta valência para o SNQTB.

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

---

### Provisões

Até 2025 não ocorreu qualquer movimento em provisões, não existindo também saldos pendentes de exercícios anteriores cujo reconhecimento fosse exigível em resultado da transição para a NCRF-ESNL, porquanto não foram identificadas situações suscetíveis de configurar uma obrigação presente para cuja liquidação seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade possa vir a ser necessário.

É convicção do órgão de gestão da Fundação de que não haverá quaisquer situações que justifiquem o reconhecimento de provisões.

### Passivos contingentes

Há data de aprovação de contas não são conhecidos quaisquer acontecimentos que possam vir a gerar exfluxos de benefícios económicos que possam configurar a definição de passivo contingente, conforme previsto na NCRF-ESNL, pelo que não são feitas quaisquer divulgações desta natureza.

### Ativos contingentes

Não são conhecidos quaisquer outros acontecimentos que possam vir a gerar fluxos e benefícios económicos que possam configurar a definição de ativo contingente, conforme previsto na NCRF-ESNL, pelo que não são feitas quaisquer divulgações desta natureza



## 10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

---

Os subsídios, incluindo os não monetários – que são registados pelo justo valor ou custo corrente, no caso dos inventários são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, relacionados com rendimentos, são reconhecidos na *demonstração dos resultados*, no período a que respeitam os respetivos rendimentos e na parte proporcional dos gastos suportados. Os valores relativos a subsídios à exploração referentes aos períodos em análise estão apresentados na nota 8.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no *fundo patrimonial* e reconhecidos na *demonstração dos resultados*, proporcionalmente às depreciações / amortizações respetivas dos bens subsidiados.

## 11. Instrumentos financeiros

### Operações em moeda estrangeira

A Fundação não fez quaisquer operações em moeda estrangeira nos períodos em análise, pelo que não houve qualquer impacto resultante das alterações das taxas de câmbio.

### Créditos a receber e outros passivos correntes

A reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade.

RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO MENOS QUALQUER PERDA POR IMPARIDADE		31/12/2025			31/12/2024			
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	
Ativos financeiros	Créditos a receber	Clientes e utentes	393,00		393,00	0,00	0,00	
		Adiantamentos a fornecedores						
		Pessoal						
		Outras contas a receber:	1.225,00		1.225,00	11.875,00		11.875,00
		Adiantamentos a fornecedores de investimentos						
		Devedores por acréscimos	1.225,00		1.225,00	11.875,00		11.875,00
	Outros devedores							
	<b>Subtotal "Créditos a receber"</b>	<b>1.618,00</b>		<b>1.618,00</b>	<b>11.875,00</b>		<b>11.875,00</b>	
Fundadores / ... / associadas	Quotas							
	<b>Subtotal "Fundadores..."</b>							
	<b>Total</b>	<b>1.618,00</b>		<b>1.618,00</b>	<b>11.875,00</b>		<b>11.875,00</b>	
Passivos financeiros	Fornecedores	Fornecedores	697,45		697,45	1.153,14	1.153,14	
		Faturas em receção e conferência						
		<b>Subtotal "Fornecedores"</b>	<b>697,45</b>		<b>697,45</b>	<b>1.153,14</b>	<b>1.153,14</b>	
	Outros passivos correntes	Adiantamentos de clientes						
		Pessoal						
		Outras contas a pagar:	15.045,37		15.045,37	8.634,00	8.634,00	
Fornecedores de Investimento								
	Credores por acréscimos	3.721,20		3.721,20	3.690,00	3.690,00		
	Outros credores	11.324,17		11.324,17	4.944,00	4.944,00		
	<b>Subtotal "Outros passivos correntes"</b>	<b>15.045,37</b>		<b>15.045,37</b>	<b>8.634,00</b>	<b>8.634,00</b>		
	<b>Total</b>	<b>15.742,82</b>		<b>15.742,82</b>	<b>9.787,14</b>	<b>9.787,14</b>		

### Disponibilidades

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO		31/12/2025			31/12/2024		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário em euros	0,06	0,00	0,06	0,06	0,00	0,06
	<b>Subtotal</b>	<b>0,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,06</b>
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	256.417,78	0,00	256.417,78	202.316,08	0,00	202.316,08
	Depósitos a prazo	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>756.417,78</b>	<b>0,00</b>	<b>756.417,78</b>	<b>702.316,08</b>	<b>0,00</b>	<b>702.316,08</b>
Outros equivalentes de caixa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>756.417,84</b>	<b>0,00</b>	<b>756.417,84</b>	<b>702.316,14</b>	<b>0,00</b>	<b>702.316,14</b>



## 12. Benefícios dos empregados

### Os Órgãos Sociais

Os atuais Órgãos Sociais da Fundação, são constituídos pelos seguintes membros:

---

#### **Comissão Executiva**

##### ***Presidente***

Sandra Salgado

##### ***Vice-presidente***

José Luis Barroso

##### ***Vogal***

José Leite Maia

---

#### **Conselho de Administração**

##### ***Presidente***

Paulo Gonçalves Marcos

##### ***Vice-presidente***

Sandra Salgado

##### ***Vogal***

José Luís Barroso

##### ***Vogal***

José Leite Maia

##### ***Vogal***

Amaro Ruivinho

##### ***Vogal***

João Tiago Teixeira

##### ***Vogal***

Manuel Lares da Costa

---

#### **Conselho Fiscal**

##### ***Presidente***

Alexandre Santo António

##### ***Vogal***

João Soares

##### ***Vogal***

José Faria

Em 05 de dezembro de 2025, a senhora Maria Henriqueta Sousa, que exercia as funções de Presidente da Comissão Executiva e Vice-presidente do Conselho de Administração, foi substituída pela senhora Sandra Salgado. Por sua vez, esta foi substituída pelo senhor José Faria no cargo de Vogal do Conselho Fiscal.

Os Órgãos Sociais não são remunerados, com a exceção do D. Maria Henriqueta Sousa (enquanto esteve em funções) e do Sr. José Leite Maia.

**Número médio de pessoas ao serviço**

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação nos períodos em análise foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	2025		2024		VARIACÃO	
	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas
Direto	0,0	0,0	1,0	1.864,0	-1,0 / -100,0%	-1.864,0 / -100,0%
Direção	5,0	3.780,0	4,3	3.195,0	0,7 / 16,3%	585,0 / 18,3%
<b>Total</b>	<b>5,0</b>	<b>3.780,0</b>	<b>5,3</b>	<b>5.059,0</b>	<b>-0,3 / -5,7%</b>	<b>-1.279,0 / -25,3%</b>

**Gastos com o pessoal**

Os gastos em que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	PERÍODOS		VARIACÃO	
	2025	2024	Valor	%
<b>Remunerações aos órgãos sociais</b>	<b>17.250,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>-750,00</b>	<b>-4,2%</b>
<i>Remunerações</i>	17.250,00	18.000,00	-750,00	-4,2%
<b>Remunerações ao pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>67.501,41</b>	<b>-67.501,41</b>	<b>-100,0%</b>
<i>Remunerações</i>	0,00	59.479,98	-59.479,98	-100,0%
<i>Remunerações adicionais</i>	0,00	8.021,43	-8.021,43	-100,0%
<b>Encargos sobre as remunerações</b>	<b>2.829,00</b>	<b>17.588,01</b>	<b>-14.759,01</b>	<b>-83,9%</b>
<i>Contribuições</i>	2.829,00	17.588,01	-14.759,01	-83,9%
<b>Seguros de acidentes no trabalho e doenças p</b>	<b>425,34</b>	<b>1.176,31</b>	<b>-750,97</b>	<b>-63,8%</b>
<i>Seguro</i>	425,34	1.176,31	-750,97	-63,8%
	<b>20.504,34</b>	<b>104.265,73</b>	<b>-83.761,39</b>	<b>-80,33%</b>

A rubrica de Gastos com o pessoal registou uma diminuição de 80,33% face ao período homólogo. Esta variação é justificada, essencialmente, pela redução do número médio de colaboradores ao serviço da Fundação durante o exercício de 2025, decorrente da saída de uma colaboradora.



### 13. Acontecimentos após a data do balanço

#### Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2026.

#### Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

#### Acontecimentos relevantes

A inflação em Portugal fixou-se em 2,1% em 2025 (após 4,3% em 2023 e 2,4% in 2024). Apesar desta desaceleração, os custos de exploração — particularmente nos bens alimentares e energia — permanecem num patamar elevado, pressionando as margens da Entidade.

A continuidade dos conflitos na Ucrânia (4.º ano) e no Médio Oriente mantém a volatilidade nos preços de recursos estratégicos e aumenta a pressão sobre os serviços de apoio social devido ao fluxo de deslocados. A Instituição mantém uma monitorização rigorosa destes indicadores para assegurar a sua sustentabilidade financeira.

#### Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Até à data de aprovação destas contas, a conjuntura internacional (conflitos na Europa e Palestina) e a manutenção de preços estruturalmente elevados constituem os principais vetores de incerteza.

Não se preveem ajustamentos às demonstrações financeiras de 2025 decorrentes destes factos. Contudo, a Entidade mantém-se vigilante, implementando medidas de eficiência operacional e controlo de custos para mitigar eventuais impactos negativos na sua atividade futura.

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras, especificamente 31/12/2025, e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período, para além dos dois factos acima divulgados, para os quais não é possível medir os impactos que poderão advir na nossa atividade.



#### **14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa ainda que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 15. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1. Investimentos financeiros

Nos períodos em análise a Fundação detinha os seguintes investimentos financeiros:

PARTICIPAÇÃO			PARTICIPADA			RELAÇÃO		
Data de início	Direta capital	Direta direito de votos	NIF	Nome	País	Natureza	A participada é controlada pela entidade?	Método de mensuração
18/05/2017	1,00%	1,00%	507722060	SNQTB SEGUROS - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA	PT	Outra	Não	Custo
17/01/2018	1,00%	1,00%	514729821	TEORIAS ROTATIVAS SGPS LDA	PT	Outra	Não	Custo
26/07/2024	40,00%	40,00%	514654139	CENTRO ÓTICO SNQTB - COMÉRCIO DE ÓTICA LDA	PT	Associada	Não	MEP
05/08/2025	1,00%	1,00%	518871231	SNQTB CLÍNICAS, LDA	PT	Outra	Não	Custo

No decurso do exercício de 2025, a Fundação procedeu ao investimento na entidade SNQTB CLÍNICAS, LDA, tendo adquirido uma participação correspondente a 1,00% do capital social pelo montante de 3.000,00€. Dada a reduzida percentagem de detenção e a ausência de influência significativa, este investimento encontra-se mensurado ao custo de aquisição.

A Fundação tem uma participação de 40% da sociedade CENTRO ÓTICO SNQTB - COMÉRCIO DE ÓTICA LDA. O capital próprio do Centro Ótico a 31/12/2025 era de 566.055,77€, tendo dessa forma uma variação positiva de 274.636,87€ face a 31/12/2024, o que resulta, pela aplicação do MEP, num ganho em 2025 de 109.854,75€.

Indicadores de Balanço e Resultados da participada (MEP):

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
<b>CENTRO ÓTICO SNQTB - COMÉRCIO DE ÓTICA LDA</b>		
Ativo total	1.113.428,45	840.724,81
Passivo total	547.372,68	549.305,91
Capital próprio	566.055,77	291.418,90
Rendimentos totais	2.238.013,22	1.935.336,91
Resultado líquido do período	274.636,87	231.391,90

Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
<b>Investimentos em associadas</b>		
Saldo anterior	116.567,56	0,00
Aquisições do período	0,00	74.295,55
Quota-parte nos resultados (MEP)	109.854,75	42.272,01
Dividendos recebidos	0,00	0,00
Aumentos/reversões de imparidade	0,00	0,00
<b>Saldo final</b>	<b>226.422,31</b>	<b>116.567,56</b>
<b>Investimentos noutras Empresas</b>		
Saldo anterior	4.000,00	4.000,00
Aquisições do período	3.000,00	0,00
Dividendos recebidos	0,00	0,00
Aumentos/reversões de imparidade	0,00	0,00
<b>Saldo final</b>	<b>7.000,00</b>	<b>4.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>233.422,31</b>	<b>120.567,56</b>

## 15.2. Diferimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
<b>GASTOS A RECONHECER</b>		
Seguros acidentes	33,00	26,29
Trabalhos especializados	174,63	219,19
<b>TOTAL</b>	<b>207,63</b>	<b>245,48</b>

## 15.3. Imposto sobre o rendimento

Conforme as instruções da Autoridade Tributária, para o cálculo do IRC a pagar os rendimentos da Entidade devem ser divididos de acordo com as categorias do IRS.

As quotas dos associados pagas conforme os estatutos, os subsídios destinados ao financiamento dos fins estatutários, os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito e destinados imediatamente à realização dos fins estatutários são considerados rendimentos não sujeitos ou isentos e não concorrem para o cálculo da matéria coletável.

DESCRIÇÃO	VALOR
Categoria B - Atividade comercial, industrial e prestação de serviços	-103.894,24
Categoria E - Capitais	97.940,38
Categoria G - Incrementos patrimoniais	140.552,42
<b>Total</b>	<b>134.598,56</b>
<b>A acrescentar</b>	
Amortizações de Goodwill	21.107,28
<b>A deduzir</b>	
MEP	-109.854,75
<b>Matéria coletável</b>	<b>13.605,55</b>
Coleta	2.721,11
Pagamentos por conta	0,00
<b>Total a pagar</b>	<b>2.721,11</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>131.877,45</b>

## 15.4. Estado e outros entes públicos

DESCRIÇÃO	Período 2025		Período 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>IRC - Imposto sobre o rendimento</b>				
A pagar		2.721,11		15,80
<b>Retenção de impostos sobre os rendimentos</b>				
IRS trabalho dependente				1.265,00
IRS rendimentos empresariais e profissionais		50,00		222,50
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
A recuperar				
A pagar		51,68		3.778,93
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>				
Lisboa		179,25		105,18
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3.002,04</b>	<b>0,00</b>	<b>5.387,41</b>



**15.5. Gastos / reversões de depreciações e amortizações**

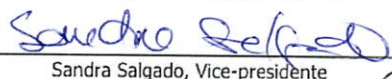
	DESCRIÇÃO	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES ANTERIORES	RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	REVERSÕES / TRANSFERÊNCIAS / ALIENAÇÕES / ABATES	ACUMULADO NO FINAL DO PERÍODO
2024	Ativos fixos tangíveis				
	<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	630,13	106,91	0,00	737,04
	Subtotal	630,13	106,91	0,00	737,04
	Ativos intangíveis				
	<i>Goodwill</i>	0,00	10.553,64	0,00	10.553,64
	<i>Outros ativos intangíveis</i>	3.280,41	0,00	0,00	3.280,41
	Subtotal	3.280,41	10.553,64	0,00	13.834,05
	<b>TOTAL</b>	3.910,54	10.660,55	0,00	14.571,09
2025	Ativos fixos tangíveis				
	<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	737,04	106,56	0,00	843,60
	Subtotal	737,04	106,56	0,00	843,60
	Ativos intangíveis				
	<i>Goodwill</i>	10.553,64	21.107,28	0,00	31.660,92
	<i>Programas de computador</i>	3.280,41	0,00	0,00	3.280,41
	Subtotal	13.834,05	21.107,28	0,00	34.941,33
	<b>TOTAL</b>	14.571,09	21.213,84	0,00	35.784,93

Lisboa, 31 de março de 2026

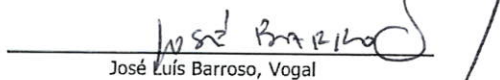
O Conselho de Administração



Paulo Gonçalves Marcos, Presidente



Sandra Salgado, Vice-presidente



José Luís Barroso, Vogal

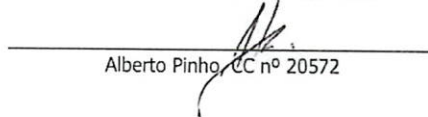
\_\_\_\_\_  
José Leite Maia, Vogal

\_\_\_\_\_  
Amaro Ruivinho, Vogal

  
\_\_\_\_\_  
João Tiago Teixeira, Vogal

\_\_\_\_\_  
Manuel Lares da Costa, Vogal

O Contabilista Certificado



Alberto Pinho, CC nº 20572